



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 84/XIV/ 2.ª SL

Aos 22 dias do mês de junho de 2021, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão De Assuntos Europeus, na(o) Sala Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

Audiência com o Tribunal de Contas Europeu em conjunto com a Comissão de Orçamento e Finanças (COF) e Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território (CAEOT).

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos, declarou aberta a audiência e, após os habituais cumprimentos, deu nota de que a presente audição se realiza conjuntamente com a Comissão de Orçamento e Finanças e com a Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território.

Aludiu a importância da relação entre a Assembleia da República e o Tribunal de Contas Europeu (TCE), estado prevista a realização, no decorrer do próximo mês, de uma audição conjunta entre a Comissão de Assuntos Europeus e a Comissão de Orçamento e Finanças, sobre a atividade desenvolvida por aquela instituição. Finalizou, referindo a matéria relacionada com a boa utilização dos fundos e boa governança e a sua pertinência política, sobretudo no que respeita à fiscalização da aplicação dos fundos.

Tomou a palavra o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão, Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças que, após os habituais cumprimentos, informou o seu apreço pelo trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Contas, português e europeu, e reforçou a importância destas instituições no processo de compatibilização da celeridade e da fiscalização na aplicação dos fundos públicos, com respeito pelo rigor e a transparência do processo.

Em seguida, usou a palavra o Senhor Deputado José Maria Cardoso, Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território que, no seu uso, após os



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 84/XIV/ 2.ª SL

habituais cumprimentos, congratulou a realização da presente audição, atendendo período em que se vive no que se refere à concessão de fundos europeus e à necessidade de acautelar o respetivo processo, através do seu escrutínio e fiscalização.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, José Tavares que, após os habituais cumprimentos, aludiu à realização de uma conferência sobre gestão, controlo e responsabilidade na aplicação de fundos europeus, que contou, entre outros, com a participação do Senhor Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues e do Senhor Deputado Filipe Neto Brandão.

Em seguida, interveio o Senhor Presidente do Tribunal de Contas Europeu, Klaus-Heiner Lehne, que começou por apresentar os membros da delegação do Tribunal de Contas Europeu, presentes na audição. Mencionou a importância de interligar as questões relacionadas com a sustentabilidade ambiental e a recuperação económica, o que constitui um dos objetivos da União Europeia, com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, cujo sucesso será determinado através de uma gestão eficaz e eficiente. Sublinhou a importância da implementação e concretização da legislação, cabendo ao Tribunal de Contas Europeu verificar e aconselhar sobre maximizar eficiência e eficácia. Referiu a importância da relação entre o Tribunal de Contas Europeu e o Parlamento Europeu, bem como com os Parlamentos nacionais, no sentido de obter as suas opiniões sobre as possíveis auditorias a realizar, no âmbito do orçamento da União Europeia.

Tomou a palavra Rimantas Šadžius, membro da delegação do Tribunal de Contas Europeu, para informar que o Tribunal de Contas Europeu tem vindo a desenvolver esforços no sentido de promover a relação com os Parlamentos nacionais. Aludiu às competências do Tribunal de Contas Europeu, nomeadamente a de garantir a segurança do orçamento da União Europeia, através da realização de auditorias que visam verificar a conformidade das várias políticas. Referiu, também, os instrumentos financiados pelo orçamento europeu, tais como, o Pacto de Estabilidade, o Semestre Europeu interligado ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência e o Mecanismo de Estabilidade Europeu.



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 84/XIV/ 2.ª SL

No âmbito da área financeira e do Mercado Único, a União Bancária e a União dos Mercados dos Capitais são projetos que embora não estejam concluídos, são muito importantes para os Estados-Membros, estando sob a alçada do Tribunal de Contas Europeu, o acompanhamento de tais matérias.

Deu nota de programas que não dispõem de programa orçamental formal, tais como, o mecanismo único de resolução que, embora necessário, ainda não se encontra em fase de plena execução, pelo que ainda não foi sujeito à auditoria do Tribunal.

Seguiu-se a intervenção de Samo Jereb, membro da delegação do Tribunal de Contas Europeu, que aludiu aos principais aspetos do trabalho desenvolvido pelo TCE relativamente ao financiamento da transição climática, referindo a eficiência energética nos edifícios e o comércio das emissões. Referiu a ambição da Comissão Europeia e dos Estados-Membros na transição climática, especialmente os objetivos e compromissos assumidos nesta matéria e previstos no quadro financeiro plurianual, apesar das dificuldades associadas à sua concretização, mencionando os montantes e as percentagens dos valores ali previstos, dedicados a estas questões.

Deu nota dos compromissos da União Europeia para se tornar o primeiro continente com um impacto neutro no clima até 2050, e da necessidade de se conjugar as prioridades climáticas com o orçamento da União, mencionando que estão afetados cerca de 500 biliões de euros à problemática das alterações climáticas, aludindo, também, aos montantes de financiamento concedidos à área da Política Agrícola Comum, no seio do quadro financeiro plurianual 2014-2020, e da forma como foram utilizados.

Conclui, informando que o Tribunal de Contas Europeu iniciou uma nova auditoria sobre a integração da ação climática no quadro financeiro plurianual 2021 – 2027, cujo relatório deverá ser publicado na Primavera de 2022.

Sobre a eficiência energética dos edifícios, informou que, no seguimento da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas Europeu, verificou-se que continua a ser necessária uma maior concentração na relação custo-eficácia.



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 84/XIV/ 2.ª SL

Relativamente ao Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da União Europeia, mencionou que o entendimento do Tribunal de Contas Europeu é o de que a atribuição gratuita de licenças traria mais benefícios para a descarbonização, as finanças públicas e o funcionamento do mercado único.

Seguiu-se a intervenção de Ivana Maletić, membro da delegação do Tribunal de Contas Europeu que deu nota dos fundos disponíveis no âmbito do quadro financeiro plurianual, destacando o programa *Next Generation EU*, e informou que o Tribunal de Contas Europeu está a desenvolver uma auditoria referente à avaliação da Comissão Europeia relativamente aos planos nacionais de recuperação e resiliência, prevendo também a realização, a partir de 2022, de auditorias financeiras que assegurem a legalidade e regularidade das operações de aplicação do instrumento.

Enfatizou a importância de atender às questões específicas do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, cumprindo-se as suas condições, nomeadamente a regulamentação financeira e o respeito pelos princípios básicos como a existência de documentos de contratação pública e ajudas estatais, atingindo-se os respetivos objetivos, sem necessidade de alteração ao mecanismo pois, caso contrário, os pagamentos não são efetuados.

Mencionou que os Estados-Membros deverão instituir mecanismos de combate à corrupção, fraude, conflitos de interesse e duplo financiamento, bem como, a nível europeu, existirem mecanismos de verificação e supervisionamento da correta aplicação dos fundos europeus.

Seguiu-se o período de debate, no qual participaram os Senhores Deputados Carlos Brás (PS), Isabel Meirelles (PSD), Fabíola Cardoso (BE), Pedro Morais Soares (CDS-PP) e Nelson Silva (PAN), cujas intervenções incidiram sobre o processo de financiamento dos mercados de capitais e os respetivos montantes, Mecanismo e planos de recuperação e resiliência, fiscalização, escrutínio e acompanhamento da execução dos fundos europeus pelos Estados-Membros, cooperação com a Procuradoria Europeia, acordo de transparência tributária entre a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia, relação entre o quadro



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 84/XIV/ 2.ª SL

financeiro plurianual e o Fundo Europeu de Defesa, funcionamento do Tribunal de Contas Europeu, patrocínios da Presidência portuguesa na Presidência do Conselho da União Europeia e combate às alterações climáticas.

Os Senhores Representantes do Tribunal de Contas Europeu responderam, à vez, ao conjunto de questões apresentado.

A audição foi gravada em vídeo e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação, cujo *link* ainda não se encontra disponível, parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 17:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de julho de 2021.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAPOULAS SANTOS)



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 84/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)
Constança Urbano De Sousa (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Isabel Oneto (PS)
Isabel Rodrigues (PS)
Luís Capoulas Santos (PS)
Pedro Cegonho (PS)
Rosário Gambôa (PS)
Ana Miguel Dos Santos (PSD)
António Lima Costa (PSD)
Duarte Marques (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Fabíola Cardoso (BE)
Rita Borges Madeira (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 84/XIV/ 2.^a SL